

1

Introdução

A criminalidade sempre foi um tópico de grande interesse entre os cientistas sociais. Economistas, desde Becker (1968), vêm colaborando continuamente para a compreensão das atividades criminais. As maiores contribuições da economia para o estudo da criminalidade são em relação aos seus determinantes, entre eles o nível de renda, o tamanho da força policial, a desigualdade de renda, os gastos sociais, a eficácia do poder judiciário, entre outros.¹

Por outro lado, pouco vem sendo estudado sobre a pergunta reversa: crime afeta as variáveis econômicas? A exceção é o desemprego que vem recebido uma maior atenção dos economistas (Freeman, 1995; Freeman & Rodgers, 1999). O resultado padrão desta literatura é que a criminalidade afeta negativamente o emprego e o salário dos jovens.

Recentemente, Pshisva & Suarez (2004) analisaram o impacto de diversos crimes no investimento. Entretanto, não conhecemos nenhum estudo pregresso que tenha analisado os impactos da criminalidade nas decisões de poupança e consumo.

É neste contexto que esta dissertação faz sua principal contribuição, documentando um efeito positivo da criminalidade na poupança. Mais ainda, esse efeito só emerge quando considerado os crimes contra o patrimônio, o que é consistente com a teoria apresentada no capítulo 2. Este resultado é robusto à uma gama de controles utilizados, efeitos fixos regionais, diferentes medidas de poupança e correlação espacial.

Paralelamente a esta literatura, alguns pesquisadores estimaram os custos direto² e de bem-estar da criminalidade. Em termos de custo direto, o crime é associado com uma perda de 2.1% do PNB para os EUA e de 3.6% para a América Latina (Bourguignon, 1999). Quando o custo de bem-estar é

¹ Veja a resenha de Buananno (2003) sobre os determinantes da criminalidade.

considerado, os números são ainda mais dramáticos: 13% e 38% do PNB para os EUA e o Brasil, respectivamente (Soares, 2006).³ Dado este enorme custo imposto à sociedade, não é surpreendente o maior interesse nos determinantes da criminalidade.

Segundo Deaton (1992), "a poupança agregada e a acumulação de capital é a provisão da sociedade para o futuro, portanto, para muitas pessoas, falhas e distorções nas decisões de poupança são vistas como comprometedoras do bem-estar das gerações futuras" (pág. 44). Neste caso, se a criminalidade de alguma forma distorce as decisões de poupança, esta é uma outra fonte de custo importante que a literatura não está atentando. Isto faz do resultado encontrado ainda mais relevante.

Apesar da principal contribuição desta dissertação ser a documentação de um efeito positivo do crime contra o patrimônio na poupança, que faz a criminalidade ainda mais custosa para a sociedade, há algumas outras que serão apresentadas ao longo do texto. Entre elas, um estudo sistemático dos possíveis canais pelos quais a criminalidade afeta a poupança, e a análise do papel das expectativas da criminalidade futura numa variável de decisão econômica.

Feita esta breve introdução, no capítulo 2 será apresentada a teoria por trás dos efeitos da criminalidade na poupança. Ao minuciar a teoria, atentamos aos possíveis mecanismos pelos quais estes efeitos decorrem, e ao papel das expectativas da trajetória da criminalidade futura.

Cabe ressaltar que a teoria exposta nesta dissertação é fortemente baseada em Carroll (2004, 2005), sendo que as contribuições deste capítulo são apenas interpretativas, e não técnicas. Os capítulos subsequentes focam no principal objetivo desta dissertação, que é identificar uma relação causal empírica entre crime e poupança.

O capítulo 3 apresenta os dados utilizados na análise empírica. Optamos pelos municípios de São Paulo em 2000, onde poderíamos associar um nível de criminalidade a um nível de poupança, além dos controles necessários, no nível mais desagregado possível. Já no capítulo 4, apresentamos os resultados por

² Por custo direto define-se os custos monetários relacionados diretamente ao crime, como despesas médicas, custo de oportunidade por estar fora da força de trabalho, despesas legais, gastos com segurança privada e medidas preventivas.

³ Soares estima o custo de bem-estar quantificando monetariamente a valoração dos agentes da perda de anos de vida decorrente da violência.

mínimos quadrados ordinários (MQO), no qual o coeficiente associado ao crime contra o patrimônio é positivo e significativo, ao passo que o crime contra a pessoa é não significativo. Feito isso, decompomos os crimes nos seus respectivos componentes e avaliamos a relevância empírica do papel das expectativas.

No capítulo 5 estão os resultados por mínimos quadrados em dois estágios (MQ2E), além de uma discussão detalhada dos instrumentos utilizados. Estes instrumentos podem ser divididos em três grupos: a extensão do mercado de drogas, a vulnerabilidade juvenil e o número de telefones. Os resultados por MQ2E reforçam os encontrados por MQO.

Os testes de robustez dos resultados estão no capítulo 6. Neste, mostramos que o padrão encontrado nos coeficientes é robusto à presença de correlação espacial, à inclusão de dummies regionais e à mudança da medida de poupança. Finalmente, o capítulo 7 conclui.